DOSSIÊ

Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais

MARY GARCIA CASTRO[*]

O marxismo – como uma teoria científica e um movimento social crítico das sociedades de classe, em particular contra o capitalismo – e o método histórico dialético vêm informando o feminismo, em seus múltiplos desenhos conceituais e práticas discursivas, inclusive tendências que, ontem, explicitamente o rejeitaram, e, que, hoje, se reconhecem como 'pós' (pós-estruturalista, pós-marxista e pós-feminista)[1].

O marxismo, nos debates feministas, é aquele texto fantasma, o outro, que se aceita, critica-se, mas que não se ignora, porque epistemologicamente está

[*] Socióloga, pesquisadora da Universidade Federal da Bahia, Centro de Recursos Humanos e da Unicamp.

[1] O pós-feminismo toma formato de movimento a partir de 1990 – não somente na Europa, onde se iniciara mas também nos EUA. Critica-se o que se identificaria como 'postura feminista', isto é, o 'policiamento' da sexualidade e a redução da mulher à vítima. E afasta-se de conceitos como patriarcado, das distinções entre o feminino e o masculino e da ênfase em relações entre tais constructos. Também se recusa o conceito de gênero, por considerar que levaria ao ocultamento da homo e da bissexualidade. Celebram-se as diferenças culturais (o que herda também do pós-estruturalismo) e, na esteira do pós-modernismo, rejeita-se o capitalismo, no plano discursivo e o marxismo, caricaturado como perspectiva 'economicista' e totalizante que, ao enfatizar a igualdade, tenderia a homogeneizar experiências e a considerar que só haveria um sujeito na revolução, o proletariado (aliás, revolução termo também abolido do léxico dos 'pós', seria uma 'meta narrativa' incompatível com uma ideologia que preza o "eterno presente"). Move-se na "luta discursiva", ou seja "na luta pelo controle dos termos e regras do discurso", e rompe com a "unidade-de-teoria-e-prática marxista, a revolução como processo" – textos entre aspas, de Fredric Jameson . "Cinco teses sobre o marxismo atualmente existente". In Wood, Ellen Meiksins e Foster, John Bellamy (orgs.). *Em defesa da História. Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999. Ver, sobre pós-feminismo, Phoca, Shopia e Wright, Rebecca. *Introducing Postfeminism.* New York, Totem Books, 1999.

imbricado com seus princípios identitários. Tanto no marxismo como no feminismo, haveria a preocupação por questionar relações desiguais socialmente construídas e reconstruídas em embates de poder (no caso do feminismo, entre os sexos e pela institucionalização da supremacia masculina). Em ambos conhecimentos ressalta-se o projeto por negação de propriedades, expropriações e apropriações (no caso do feminismo, tanto do valor produzido pelo trabalho das mulheres, socialmente reconhecido ou não, como de seu corpo, voz, re- e a-presentações). Compartem também, o marxismo e o feminismo, a ênfase na materialidade existencial (para alguns feminismos, a vida cotidiana, para outros, a textual, e, para outros ainda, o cenário histórico – hoje, o capitalismo em formato neoliberal), considerando que essa materialidade se sustenta por práticas em um real vivido e um real idealizado e ideologizado (em instituições, no privado e no público, e na micropolítica das relações sociais). Por outro lado, advoga-se, tanto no marxismo como no feminismo, a possibilidade de mudanças acionadas por sujeitos, pautando-se portanto por investimento em realizar uma utopia humanista – vetor que anima até as versões mais domesticadas (liberais) do feminismo ainda que nelas se limite o horizonte da utopia a uma agenda de defesa por diferenças, por igualdade de oportunidades e direitos para as mulheres – direitos "sem investimento nas condições materiais que tornariam possível o exercício dos direitos"[2] ou direitos para algumas mulheres.

A referência no feminismo de corte liberal e social-democrata é a uma mulher genérica, desterrada da classe e da classe-e-raça. Mas, em tendências do feminismo socialista que se pautam por leituras acríticas do marxismo, também se aporta a uma mulher proletária genérica, sem circulação na raça ou em outras identidades marcadas por sistemas político-econômico-culturais de opressão. As relações sociais entre os sexos – vetor do conceito de gênero –, se bem que socialmente demarcadas, portanto condicionadas pela estrutura de classes, pela luta de classes e pelo lugar das mulheres na classe, não definiriam sujeitos sexuados, nem os sujeitos sexual/socialmente se autodefinem, apenas no plano da organização da economia.

Tal chamada, aqui bastante simplificada, é repisada há muito, em vários trabalhos de autoras feministas que buscam "rearticular gênero e classe

[2] Stabile, Carol A. "Feminism and the Ends of Postmodernism". In Hennesy, Rosemary e Ingraham, Chrys. *Materialist Feminism. A Reader in Class, Difference and Women's Lives.* Routledge, Londres, 1997. A autora critica a retórica dos direitos, lembrando Rosa Luxemburgo, que criticaria a defesa do direito das nações à autodeterminação por não ser, como aparentaria, uma orientação política para a questão nacionalista, mas uma maneira de evitar a questão. Corre no mesmo sentido falar sobre o direito ao aborto, ou o direito à maternidade, sem referência aos meios materiais para seu exercício.

social"[3], em especial nos anos 80. Faz parte de texto considerado paradigmático para a inserção do conceito de gênero, ou como melhor pretendia sua autora, Gayle Rubin[4], do sistema de sexo/gênero, as análises sobre a singularidade da condição feminina, considerando uma programática utópica de uma sociedade sem hierarquias, com um sistema de diferenças sexuais, mas não de gênero.

Argumento que a relação entre o marxismo e o feminismo é importante na trajetória do feminismo, quer como conhecimento teórico, quer como prática, ou seja, sua identificação como um movimento social por mudanças. Argumento também que tal relação enriqueceria o marxismo, contribuindo o feminismo para o debate que nele se trava sobre as múltiplas determinações do real. É sugestivo para tais argumentos, destacar que Rubin (cf. nota 4) inicia a defesa do caráter relacional das identidades sexuadas frisando que, para Marx, o que distinguiria um escravo de um não-escravo não seria nenhuma característica naturalizada, mas o tipo de relações sociais em que estaria o escravo. Por outro lado, tal distinção dependeria do lugar das relações sociais (no caso, entre escravo e amo) na estrutura de poder e na produção de riquezas e de cultura, em um tempo e em uma determinada sociedade. Desta forma, com o conceito de gênero, pretende-se ampliar o debate para as relações sociais e se sugere que, se as relações sociais são várias e se autocondicionam, então tanto classe como gênero, de per si, seriam referências insuficientes para darem conta do real, inclusive do real imaginado (ideologias) – questões que serão elaboradas, posteriormente, por autoras da diáspora africana e migrantes latinas nos EUA, ao introduzirem também as relações de raça, de etnicidade e de codificação da sexualidade.

Com o conceito de gênero pretendia-se uma alternativa a um viés naturalista e segmentado, aportado em indivíduos em si (mulheres e homens). Gênero mais apontaria para relações sociais, portanto apelando para sua dialética articulação com outras relações, ou seja, seria um estruturante da totalidade

---

[3] Saffioti, Heleieth I. B. "Rearticulando gênero e classe social". In Costa, Albertina de Oliveira e Bruschini, Cristina (orgs) *Uma questão de gênero.* São Paulo, 1992. Nesse volume, também discutem essa articulação, por posturas próprias, outras autoras como Mary G. Castro e Lena Lavinas, "Do feminino ao gênero: a construção de um objeto"; Lia Zanotta Machado, "Feminismo, academia e interdisciplinaridade" e Maria Luiza Heilborn, "Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil", essas duas últimas autoras, distanciando-se do marxismo. Loreta Valadares ao debater a articulação entre classe e gênero, rebate comum crítica feminista ao marxismo, qual seja que esse tenderia ao economicismo. Ela lembra que, em 1890, Engels em carta a Bloch já refutara tal acusação, ressaltando a determinação, sim, na história, "da produção e a reprodução da vida real" em "última instância" cit. in Valadares, Loreta "A 'controvérsia' feminismo x marxismo". In *Princípios.* São Paulo, Anita Garibaldi, n. 18, jun/jul. 1990, p. 44.

[4] Rubin, Gayle. "The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex". In Reiter, Rayna (org.) *Toward an Anthropology of Women.* New York, Monthly Review Press , 1975.

social,[5] que permitiria sair das dicotomias entre o específico e o universal, entre a produção e a reprodução, entre o subjetivo e o objetivo (que tanto contaminaram os debates sobre a 'questão da mulher'). Ironicamente, o conceito de gênero, hoje, é congelado, reduzido a termo de posição, e, como tal, é peça chave no investimento das agências internacionais de apoio a um sistema de organizações não-governamentais que lidariam com direitos das mulheres, sem subverter, ao contrário, o edifício de relações sociais que se realizam no capitalismo e seus motores como hierarquia, competição e apropriação privada em proveito de alguns.

Na Europa e nos EUA, no final da década de 70, e também na América Latina, aparecem várias publicações feministas que se apoiariam em categorias do materialismo histórico para explicar a situação da mulher, em especial, no mercado de trabalho capitalista, discutindo limites da teoria do valor e da dicotomia entre trabalho produtivo e não produtivo. Nessa fase, ocorreu também um criativo debate sobre os conceitos de produção e de reprodução, o valor do trabalho doméstico e a relação entre divisão sexual e social do trabalho. Também muito se discutiu sobre pontos de contato e de distanciamento com as formulações de Althusser sobre ideologia[6].

Tais referências sobre alguns discursos do feminismo materialista nos anos 70 são curtas para o registro da diversidade dos debates, mas ilustrativas de um período de intenso diálogo entre o feminismo e o marxismo. O final da década de 80 é de retrocesso na dinâmica da produção marxista, o que também reverbera na relação entre o marxismo e o feminismo, no campo da produção teórica, em distintos países. Se, na literatura dos anos 70, *corpus* analíticos privilegiados seriam a estrutura social, a relação entre produção e reprodução, o valor de diversos tipos de trabalhos mais desempenhados pelas mulheres e o conceito de patriarcado, já na década de 80, tender-se-ia a marginalizar as

---

[5] Nesse sentido, sugerindo aproximação à formulação marxista de que "a sociedade não consiste de indivíduos, mas expressa a soma de relações, de relações nas quais se encontram os indivíduos" (Marx, cit. in Stabile, Carol A., op. cit.).

[6] Juliet Mitchell seria pioneira na tentativa de historicizar o conceito de patriarcado, relacionando debates freudianos e marxistas e recorrendo a Althusser para flexibilizar a compreensão sobre totalidade, ou seja, para afastar-se de enfoque mecanicista sobre base e superestrutura, considerado por feministas como negativo para análises sobre a situação da mulher. Para Mitchell, o patriarcado, ordenação da subordinação da mulher, atuaria no inconsciente e não necessariamente estaria atrelado à realização do capitalismo. Ver, sobre Mitchell, in Kuhn, Annette e Wolpe, Ann Marie, (eds.) *Feminism and Materialism: Women and Modes of Production.* Routledge e Kegan Paul. Londres. 1979. Sobre a heterogeneidade, da produção feminista que recorreu ao marxismo até meados dos anos 80, ver, entre outros, Kuhn, Annette e Wolpe, Ann Marie, op.cit.; Hansen, Karen V. e Philipson, Ilene J. *Women, Class, and the Feminist Imagination. A Socialist-Feminist Reader.* Philadelphia, Temple University Press. 1990; e Hennesy, Rosemary e Ingraham, Chrys, op. cit.

análises sobre trabalho e gênero em favor de práticas culturais, dos significados do corpo, de prazeres. Na esteira de desencantos com projetos emancipatórios, com o retrocesso do 'socialismo real', a estrutura social do capitalismo em classes perde intensidade de referência na produção feminista em favor de análises "da vida social em termos de contingências, relações de forças locais, identidades microterritorializadas, ou discursos, ressaltando-se disputas por representações" [7]. O termo materialismo passa a ser ressignificado por várias autoras feministas no plano de um "materialismo culturalista" [8], o que não se confundiria com o debate de feministas marxistas sobre cultura. Para essas, cultura seria um dos campos de produção da vida social e, portanto, um dos campos de investida feminista, mas não "a totalidade da vida social"[9].

Para além dos limites deste texto, está a análise das tendências pós-estruturalistas e pós-modernistas no feminismo – agenda importante para os marxistas –, o que exigiria ultrapassar as rotulações depreciativas sobre tais correntes, e considerar as condições materiais e históricas em que surgiram, situando-as num contexto de fortalecimento do capitalismo tardio e de duros golpes para as esquerdas e para os projetos emancipatórios em geral. Ainda que se reconheça que tais tendências não são conservadoras, nem se definam como pró-capitalistas, elas não se propõem a identificar agências e sujeitos de mudanças. Inclusive, algumas vertentes rejeitam a centralidade proposta no marxismo para a classe proletárias[10] e projetos de revoluções sociais, não pretendendo ir além de críticas textualizadas e, muitas vezes, não contextualizadas. Por outro lado, podem dar margem a posturas cínicas de descomprometimento com a barbárie do capitalismo atual, via uma postura *blasé*, de indiferença e distanciamento, ou por ocultamento de contradições, explorações de classe, ao insistirem no abstrato, em fragmentações, diferenças, pluralidade, diversidade, sem nomear poderes e privilégios de classe ou de raça.

---

[7] Hennesy, Rosemary e Ingraham, Chris, op. cit., p. 5

[8] "No materialismo culturalista rejeita-se uma análise sistêmica, anticapitalista e a relação entre a história da cultura e a construção de significados em um sistema social de classes" (Hennesy, Rosemary e Ingraham, Chris, op. cit., p. 5). As autoras notam que muitas das feministas que hoje defenderiam essa corrente antes eram identificadas como feministas socialistas, como Michelle Barret, Drucilla Cornell, Nancy Fraser, Donna Haraway, Gayle Rubin e Iris Young.

[9] Hennesy, Rosemary e Ingraham, Chris, op. cit., p. 7

[10] Laclau e C. Mouffe, hoje, seriam destacados autores que postulam por crítica ao marxismo a diversidade de sujeitos e a recusa da centralidade de uma análise baseada na classe (considerada uma categoria "essencialista"), advogando potencialidade na fragmentação de movimentos sociais em torno de várias identidades, por agregações nômades, articulações tópicas, sem projetos *a priori*. Carol Stabile (op. cit.) destaca como naqueles autores se restabelece o idealismo e, sutilmente, descentraliza-se a classe – operária – como sujeito de transformação social e se estabelece em seu lugar, como outra classe, "os intelectuais".

Ora, com tal agenda, é muito tênue a fronteira entre território, criticado por autores 'pós' (a sociedade de consumo), e o sentido social do que produzem: uma literatura de consumo, de moda. Por exemplo, em tais formulações sobre políticas de identidade é comum a defesa sobre o quão descartável seriam as identidades, uma vez que o ideal seria o descompromisso, o trânsito nômade entre identidades[11]. Carol Stabile sugere outra avenida, na contramão do deslumbramento 'pós' com o esgarçamento social e a indefinição de sujeitos e projetos. "Mais do que considerarmos a fragmentação e a proliferação de identidades como sintoma de fracasso do marxismo ou como causa para otimismo político, devemos considerar como a globalização do capitalismo, como um sistema mundial e mudanças no fluxo de capitais, de fato produziu tais efeitos e suas relações com a segmentação de mercados, individualismo e mercantilização de estilos de vida e das culturas e discutir estratégias de oposição a tais processos"[12].

Já no campo ativista, de trabalhos mais relacionados com mulheres da classe proletária, de setores populares, a hegemonia das correntes "pós" está em disputa no Brasil, mas não se afirma. Ao contrário, viriam crescendo os investimentos por um outro feminismo, em movimentos sociais de base popular, como no dos sem-terra, em sindicatos de corte classista e em ONGs de feministas, comprometidas também com a crítica anticapitalista. Sugerindo o engendramento de um feminismo classista, porém sem os vícios dogmáticos de correntes dos anos 70. Por práticas diversas, busca-se hoje, nessas experiências, combinar a crítica às relações entre os sexos, à família; preocupações com subjetividade, corpo e sexualidade com análises sobre organização social; denúncias sobre privatização e deterioração dos serviços públicos que afetam diretamente as mulheres (como os serviços de saúde e de educação) com uma postura de recusa ao Estado neoliberal. Não por acaso, reinveste-se no que nos anos 70, as feministas 'autônomas' consideravam heresias contra a pureza do feminismo, como a dupla militância, o estar na academia e estar em organizações políticas mistas, na militância em partidos e organizações de esquerda e em núcleos autônomos feministas[13]. É uma prática com custos, inclusive no plano pessoal, considerando o encrostamento cultural do machismo em camaradas e companheiros, ainda que se assuma a retórica, hoje, nas organizações de esquerda, de citar gênero e tolerar as cotas para as mulheres e os departa-

---

[11] Para a crítica ao enfoque de políticas de identidade, ver Castro, Mary G. "Palavras em busca de corpos e terras – identidades, identificações, políticas de identidade – leituras à esquerda". In *Cadernos do CRH*. Salvador. UFBA. Julho-dezembro 2000, no prelo.

[12] Stabile, Carol, op. cit., p. 405

[13] Ver estudos de casos sobre mulheres e trabalho sobre relações de gênero em organizações de base comunitária e em movimentos sociais de natureza popular, no Brasil. In Abramovay, Míriam e Castro, Mary G. *Engendrando um novo feminismo. Mulheres líderes de base.* Brasília, Unesco. 1998.

mentos de “assuntos da mulher”. Mas essas militantes, que insistem em uma dupla entrada, estariam também contribuindo para renovar as organizações de esquerda, para uma prática mais flexível e inclusiva na modelagem de projetos para a humanidade. Projetos que teriam maior possibilidade se, nas estratégias organizacionais das esquerdas, necessidades simbólicas e materiais, de distintas identidades na classe, fossem consideradas. Por outro lado, os projetos reivindicatórios de identidades específicas, como o das mulheres na classe, pouco avançam, se restritos a políticas de identidades.

A chamada para o trânsito de dupla via entre marxismo e feminismo, ou a defesa de que um feminismo marxista é mais que um gênero de feminismo, também contribuindo ao campo marxista, apóia-se na história recente de uma nova esquerda, mais atenta à diversidade das relações sociais na vida cotidiana, aos distintos impulsos dos indivíduos para o envolvimento ou não em mudanças sociais. Em certa medida a defesa da potencialidade radical do feminismo se alinha à chamada de Marcuse que, em 1977, escreveu artigo com o sugestivo titulo “Feminismo socialista, o núcleo dos sonhos”. Porém, aparto-me desse autor quando ele separa a utopia dos processos da utopia sobre outras estruturas, quase naturalizando as mulheres como portadoras de sentimentos e moral superiores, idealizando posturas perante o poder, como se as mulheres não estivessem afetadas por interesses de classe e ambições individualizadas. Marcuse usa a expressão “feminismo socialista” de maneira particular, configurando a utopia de construção de um socialismo que apreenda qualidades que ele considera como próprias da mulher (não por natureza, mas por condicionamentos sociais) e que seriam radicalmente contrárias a uma lógica capitalista. Assim, defendendo tal feminismo socialista, afirma Marcuse que este se pautaria pela seguinte crítica:

“...al ‘principio de rendimiento’ (la productividad), al reino de la racionalidad funcional que rechaza toda pasión; la doble moralidad; la ‘ética del trabajo’ que significa para la gran mayoría de la población la condena a un trabajo alienado e inhumano; y la voluntad de poder, la imposición de la fuerza y la virilidad... Angela Davis habla de la función revolucionaria de las mujeres como antítesis del ‘principio de rendimiento’. Las principales condiciones que son favorables a tal desarrollo son: reducción del tiempo de trabajo; producción de un vestuario poco costoso y agradable; victoria posible sobre la penuria; liberación de la moral sexual; control de los nacimientos y educación”[14].

Fora da academia, também ganha corpo, em especial no final dos anos 80, no Brasil, além do feminismo ‘pós’, um feminismo institucionalizado, de cor-

[14] Marcuse, Herbert “Socialismo Feminista: El Núcleo del Sueño” In Sontag, Susan, Kristeva, Julia, et alii. *El Feminismo, Nuevos Conceptos*. Bogotá, Hombre Nuevo,1977, p. 220.

te liberal e social-democrata, associado a agências de governo e do capital internacional, inclusive estimulado por agências como o Banco Mundial e agências internacionais de fomento de pesquisas e serviços. Estas agências privilegiam projetos a varejo, para *target groups*, em linha advocacional, limitada para grupos entre as mulheres, estimulando o enfoque de políticas de identidade, ou para constituintes específicos, sem análise crítica de sistemas, totalidades sociais.

Representantes dessa tendência vêm ganhando também campo nas elaborações e reelaborações dos documentos de conferências e convenções internacionais, no âmbito das Nações Unidas – campo que, em grande medida, é mais uma arena de representação discursiva, mas de importância simbólica e normativa, nos limites do sistema capitalista, a não desprezar na disputa por sentidos. De fato, é ampla, hoje a repercussão, por exemplo, da Plataforma de Ação da Conferência Mundial das Mulheres (Beijing 1995). Inclusive em experiências mais localizadas, de base comunitária, tal plataforma é usada nas negociações com poderes[15].

Assim, no cenário do movimento de mulheres, um ambíguo tipo de agência viria competindo com o sentido de movimento social do feminismo, qual seja, o modelo de organizações não-governamentais (ONGs). Em alguns casos, ONG é um novo termo para miniempresas que comerciam com o social, ou que se constituem em organizações neogovernamentais, em que o comum seriam mulheres de classe média representarem ou prestarem serviços especializados a outras mulheres, as de setores populares. Instauram-se competições entre entidades, por fundos de agências internacionais e seleciona-se o que se considera como "vozes legítimas no feminismo" para representar as mulheres, em foros internacionais. Por exemplo, é significativo que agências internacionais de financiamento, de nacionalidade norte-americana, não concedam fundos a projetos de organizações consideradas relacionadas a partidos políticos e, por extensão, a sindicatos[16].

---

[15] In Abramovay, Miriam e Castro, Mary G., op. cit.

[16] Leia-se de esquerda, já que aquelas ONGs imbricadas com o governo brasileiro têm sido beneficiárias privilegiadas. Um programa de financiamento de projetos para formar mulheres para o exercício de liderança política, ou para 'empoderamento' das mulheres, nos países do 'terceiro mundo', do Banco Interamericano do Desenvolvimento – o PROLEAD – conta com a patronagem de Hillary Clinton, membro do partido democrata. O programa se relaciona a uma rede denominada "Vozes vitais nas Américas – mulheres na democracia". É sugestivo também da maleabilidade ideológica do que hoje se chama de direitos das mulheres que, no discurso da primeira-dama do governo dos EUA, ela faça referência entre dar poder às mulheres a fim de que elas tenham assentos em lugares de tomada de decisão política, como o parlamento, destacando a importância de qualidades tidas como femininas para a "democracia" e o "apoio ao sistema de economia de mercado" (vetores intercambiáveis no discurso da primeira-dama norte-americana). Mais de 1 000 mulheres de diferentes organizações na América Latina foram escolhidas pelos organizadores (BID e Departamento de Estado dos EUA) como as vozes representativas do movimento de mulheres na região. Mulheres cubanas não foram convidadas.

A diversidade de tendências que se abrigam sob o que se indica por direitos das mulheres e perspectiva de gênero se amplia com a parceria entre governo e ONGs. No Brasil, nunca a mulher foi mais visível na retórica de governo[17], o que convive com indicadores de pauperização das mulheres e das famílias da classe operária e a carência de serviços sociais especializados[18].

Já a relação entre correntes do feminismo com organizações de esquerda é um tema para outro texto, que se sobrepõe ao debate entre conhecimentos e prática, e que em nossa história da América Latina e do Brasil muito contribuiu para fraturas nas relações entre feministas e aquelas organizações.

Mas tal texto levaria à análise da cultura organizacional das esquerdas, ou seja, à questão das relações entre partidos e movimentos sociais. Haveria que revisitar discussão sobre uma antiga prática, qual seja, reduzir movimentos e organizações específicas a "cadeias de transmissão" do partido. Também, ao se comprometerem os partidos de esquerda com uma estratégia de *guerra de posições*, concentrando-se na disputa eleitoral e inclusão no governo, estariam, extensivamente, arriscando energia que poderia estar voltada para atividades de formação e outras, orientadas para mudanças culturais e ideológicas, como mudanças no plano da micropolítica das relações entre os sexos. De fato tais mudanças pedem sistemáticos investimentos de longo prazo em formação e em outras atividades que desestabilizem práticas culturais. Além de exigirem enfrentamento com expressões de conservadorismo popular, o que seria avesso à tônica de ganhar votos, ou dizer o que o povo quer ouvir – inclusive

---

[17] Ainda que haja no Congresso Nacional mais de trinta projetos em trâmite, em defesa de direitos das mulheres trabalhadoras, comumente eles são rejeitados ou preteridos pela alegação da bancada situacionista, com a desculpa de que não há recursos orçamentários. É comum inclusive nos debates sobre Previdência Social, aposentadoria para a mulher, licença maternidade e diretos das mulheres trabalhadoras rurais, fazer-se referência a um "custo mulher".

[18] "[Segundo] o Relatório do Desenvolvimento Humano de 1997, editado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Brasil é o 60º país em desenvolvimento por gênero – IDG (esperança de vida, alfabetização, matrícula em escola e renda entre homens e mulheres) e o 58º no ranking IPG – Índice de Poder por Gênero (grau de participação das mulheres na força de trabalho, nos cargos de chefia, na política e em profissões técnicas)..." (Rocha, Ana, "Dez anos de 'presença da mulher'". In *Presença da mulher,* São Paulo, Anita Garibaldi, n. 34, ago./set./out. 1999.) A mortalidade materna no Brasil é uma das mais altas na América Latina: 200 mortes maternas para cada 100 mil crianças nascidas vivas. As principais causas de morte entre as mulheres seriam associadas a problemas de circulação e câncer uterino que se relacionariam a falta de diagnósticos e cura em tempo hábil. Para tal estado de coisas, colabora a má qualidade dos serviços de saúde. A hemorragia quando da gestação, parto ou puerpério, corresponde a 18% do total de morte materna, o que também indica má qualidade dos serviços de saúde; cerca de 10% das mortes maternas se devem a abortos, ou sua provocação, e sua falta de atendimento pela situação de ilegalidade que cerca o aborto. Estima-se que cerca de 1 800 000 abortos foram provocados, em situação de clandestinidade, no Brasil, em 1996 (dados cit. in Abramovay, Miriam e Castro, Mary G., op. cit.).

porque se estaria, ao se questionar relações entre homens e mulheres, por exemplo, quebrando a idéia de unidade aparente no povo e se investindo na unidade, no povo, como processo, ou seja, 'engendrando' a classe.

Por outro lado, defendo que investir no engendramento de um feminismo marxista e de um feminismo socialista tem hoje particular pertinência, quer pela propriedade do marxismo – a insistência em uma saída radical, considerando a falência das fórmulas liberais, inclusive no plano de políticas de identidade, para as mulheres –, quer porque, como há muito defendem as feministas marxistas e socialistas, não bastaria uma interpretação centrada apenas no marxismo para dar conta da complexidade das relações desiguais entre os sexos, as divisões sexuais de trabalho, de poder e de codificação do prazer, o que pede diálogo, guardados os limites ideológicos, entre distintos feminismos. Tal empreendimento também se justifica considerando que gênero e direitos da mulher são, hoje, um campo minado por disputas de sentidos, com alto investimento por agências do capitalismo internacional e correntes que reduzem o debate a orientações idealistas e culturalistas.

Insiste-se na propriedade contemporânea daquela relação, sublinhando, como princípio geral, que "na tradição de relacionamento entre o feminismo e o marxismo enfatiza-se uma perspectiva sobre a vida social que recusa separar a materialidade dos sentidos, identidades, corpos, estado e nação das demandas da divisão social do trabalho que hoje se entrelaçam com a realização do capitalismo como um sistema global"[19]. Princípio que colabora contra a redução discursiva, por análises em fragmentos, abstrações sobre materialidade, desejo, identidades, simbolismos e subjetividade, ou retificações de tais processos, se entendidos como performática em si, e que interpretam classe como "mais uma das opressões vividas pelos indivíduos" (crítica de Hennesy e Ingraham, op. cit., às autoras feministas de tendência pós-estruturalista que recorrem a análises que classificam de materialista, como Judith Butler).

Mas tal princípio, sobre a ênfase na materialidade da vida social, exige resgates históricos específicos, no plano de *práxis* política, isto é, desenvolver crítica teórica com análises sobre a diversidade de situações vividas por mulheres de setores populares e com participação organizacional.

A cultura como a academia são sítios de disputa de reterritorialização ideológica e a distância entre o saber acadêmico e a prática de movimentos sociais e das organizações de base comunitária compromete a crítica e a negação do capitalismo em sua feição atual, distanciando prática teórica e prática organizacional. Insisto na observação de que nos países de capitalismo avançado, o que apenas se prenuncia no Brasil, destaca-se, na academia, um pen-

[19] Hennessy, Rosemary e Ingraham, Chrys, op. cit.

samento crítico ao marxismo, um feminismo culturalista, não no sentido gramsciano, de atenção à cultura, e nessa à cultura que colabora na sustentação do neoliberalismo – o individualismo narcísico, o desmantelamento do associativismo na classe, o incentivo à indiferença social e à competitividade, por exemplo –, mas um culturalismo em si, que privilegia o discurso, a fragmentação, a diferença, sem referência ao cenário de globalização, das relações sociais que na economia política cada vez mais limitam o próprio exercício da criatividade, da subjetividade, bandeiras que correntes culturalistas acenam contra o feminismo marxista. Também vem crescendo, inclusive no Brasil, a adesão a um feminismo relacionado à filosofia pragmática como substituto das tendências de orientação marxista, em que o empirismo, a atenção às experiências, seria o suficiente para substituir projetos, ainda que de longo prazo, por mudanças radicais.

Engendrar um feminismo marxista, a partir de análises das experiências de mulheres de setores populares em movimentos e organizações de base, e re-acessando criticamente as teorias marxista e feminista não pode ser agenda exclusiva das feministas de esquerda, mas de todos os socialistas e comunistas – inclusive, é importante que haja mais espaço e diálogo na mídia crítica marxista, nos partidos e na academia para esse conhecimento. Nestes tempos, um feminismo marxista é mais que um gênero de feminismo.